



ESTUDOS DE CASO E REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO E CHAPECÓ (SC): A PROPOSTA DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS (GEPP)

Matheus Cardoso da Silva (apresentador)¹

Monica Hass²

Resumo: As discussões sobre governança democrática nortearam uma nova configuração de reflexão e compreensão teórica nos estudos sobre a cidade, construção e aplicação e políticas públicas. O conceito de governança disseminado no cenário democrático brasileiro rompeu com o que era considerado e comumente utilizado na Europa. O campo das Ciências Sociais no Brasil redefiniu, em diversas pesquisas, a ênfase sobre a participação popular no processo de gestão pública, isso se deu sobretudo pela promulgação a Constituição Brasileira de 1988 (CF/88) que viabilizou a participação popular na deliberação e controle a partir do direito assegurado constitucionalmente, o que contribuiu para a ascensão de novas experiências democráticas e construção de canais participativos institucionalizados. Nesse sentido, surge a partir do grupo de pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó e do projeto Políticas Públicas, municipalização e participação democrática: um estudo sobre o município de Chapecó-SC – financiado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) - a necessidade de criação e institucionalização do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas (GEPP). O Grupo tem como objetivo viabilizar a interação de pesquisadores de diversas áreas, discentes e comunidade externa em discussões teóricas, estudos de casos e reflexões que proporcionam a análise científica do processo de municipalização das políticas públicas em Chapecó (SC), mediante um recorte pós Constituição Federal de 1988, identificando as áreas prioritárias, os instrumentos criados e as formas de participação da sociedade civil implantadas nesse processo. A partir de temas como estado, sociedade e políticas públicas, descentralização, participação, neoinstitucionalismo e governança entre outros, tais aportes estabelecem a compreensão do processo de municipalização em questão. Diante dos estudos de casos, considera-se que a participação popular em contraste com a criação de políticas, a partir de canais institucionalizados, são variadas em diferentes cenários, mediante o modo de gestão e reflexos sociais estabelecidos após a

1 Discente do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, bolsista de iniciação científica FAPESC/UFFS, contato: theo.cardoso@hotmail.com

2 Doutora em Sociologia Política, docente no curso de graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, contato: monica@uffs.edu.br



constitucionalização federal. Em Chapecó, alguns conselhos gestores só foram emersos enquanto política de governança pública pela promulgação constitucional tida obrigatoriedade. Por sua vez, a verticalização desses espaços é estabelecida até mesmo nos próprios regimentos e em documentos de alguns conselhos gestores é possível problematizar o poder significativo reservado a atores sociais que influenciam fortemente a centralização de práticas autoritárias. Ainda se tratando de autoritarismo, alguns regimentos asseguram a presença estrita do poder público como representante legal dos conselhos, ou seja, é tido como obrigatoriedade um ator de cunho governamental presidir um conselho gestor popular; tal prática favorece a dominação partidária e política dentro de um espaço tido como participativo e deliberativo. Por conseguinte, a proposta do GEPP busca historicizar, refletir, problematizar, produzir e compartilhar conhecimento sobre o processo de municipalização, tratando os conselhos gestores como importante canal de governança democrática.

Palavras-chave: Participação Popular, Políticas Públicas, Municipalização

Categoria:

Área do Conhecimento:

Formato: